

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**WELLINGTON JOSÉ GERALDO DA SILVA**

**ANÁLISE DO SISTEMA DE COTAS NO CURSO DE BACHARELADO  
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA DA UNIFAL-MG CAMPUS  
VARGINHA**

VARGINHA/MG

2020

**WELLINGTON JOSÉ GERALDO DA SILVA**

**ANÁLISE DO SISTEMA DE COTAS NO CURSO DE BACHARELADO  
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA DA UNIFAL-MG CAMPUS  
VARGINHA**

Trabalho de Conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo.

Varginha/MG

2020

**WELLINGTON JOSÉ GERALDO DA SILVA**

**ANÁLISE DO SISTEMA DE COTAS NO CURSO DE BACHARELADO  
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA DA UNIFAL-MG CAMPUS  
VARGINHA**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o trabalho de Conclusão do PIEPEX, apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Ana Carolina Guerra.  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Juliano Silva Cougo.  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESUMO**

Com base nos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) de 2019, temos uma sociedade brasileira predominantemente parda e negra. Diante desta informação, o objetivo geral deste trabalho foi analisar se as ações afirmativas em especial o sistema de cotas contribuíram para ingresso de estudantes negros e pardos no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (campus Varginha MG) no período de 2009 a 2019. Foram cedidos dados empíricos para análise através da Diretoria de Processos Seletivos (DIPS) da UNIFAL- MG de 2955 alunos para realização da análise. Os resultados puderam mostrar a importância e os impactos que o sistema de cotas trouxe para negros e pardos.

**Palavras chave:** Ações afirmativas, ensino superior, cotas para negros, racismo.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL.....	7
3. AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS RACIAIS.....	10
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
5. RESULTADOS.....	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

## 1 INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento é fundamental para o desenvolvimento social e pessoal. Através da educação o indivíduo é capaz de desenvolver sua capacidade de raciocínio, buscando dessa forma a construção de um senso crítico.

A população brasileira é formada em sua maioria, por pessoas negras e pardas segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD)<sup>1</sup> mas o mesmo não se reflete na ocupação dessa mesma população das universidades. É nesse contexto que se insere a importância da acessibilidade ao ensino superior de qualidade. Para isso, foram fundamentais as lutas sociais por igualdade social, bem como políticas públicas, capazes de garantir acesso ao ensino superior por uma população historicamente excluída desse processo, com destaque para as ações afirmativas. A população brasileira é formada em sua maioria, por pessoas negras e pardas segundo dados divulgados pela PNAD, mas o mesmo não se reflete na ocupação dessa mesma população das universidades, trabalhos como de Queiroz (2004) realçam tal informação.

O acesso á educação foi sempre algo passível de discussão quando se trata de desigualdades raciais, segundo Henriques (2001), a intensa desigualdade racial brasileira, associada a formas usualmente sutis de discriminação racial, impedem o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra. Assim, além do inaceitável padrão da pobreza no país, constatamos a enorme sub-representação da pobreza entre os negros brasileiros. E esse excesso de pobreza centrado na comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década.

Henriques (2001) segue descrevendo que a parcela dos negros na faixa de pobreza é sempre maior do que a dos brancos. Nesse sentido, o sistema de cotas no Brasil foi criado com o objetivo de minorar as diferenças sociais e econômicas resultantes do racismo histórico enfrentado por determinados grupos. A ideia é reduzir a dificuldade de acesso desses grupos ao ensino superior, e consequentemente ao mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas> Acesso em: 23 Set. 2020.

Segundo Benevides (2012) uma análise da sociedade brasileira nos tempos atuais, já seria suficiente para justificar a implementação de cotas nas universidades. Em qualquer índice consultado, os negros se apresentam em condições inferiores à situação dos brancos. Estudos desenvolvidos por Benevides (2012) e Henriques (2001), demonstram claramente que a ascensão social e econômica no país passa necessariamente pelo acesso ao ensino superior. E estando os negros com baixa representação nas universidades brasileiras, a ascensão social fica ainda mais dificultada.

Sendo assim, é importante verificar a realidade do acesso ao ensino superior da população negra. Para isso, esse trabalho objetivou analisar se as ações afirmativas contribuíram para o ingresso de negros e pardos no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia – BICE, da Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha MG.

Para isso, foi utilizado os dados do formulário acerca do perfil sócio econômico dos ingressantes no referido curso, que foi solicitado à Diretoria de Processos Seletivos - DIPS da UNIFAL-MG, referente aos anos de 2009 a 2019.

Um das principais justificativas para a realização deste trabalho seria referente aos dados divulgados pelo PNAD, onde a maioria da população seria negra e parda, sendo assim averiguar se tal maioria está presente dentro das universidades públicas e contribuições do sistema de cotas para o ingresso. Passamos a discutir a seguir como seria a realidade da comunidade negra.

## **2 REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL**

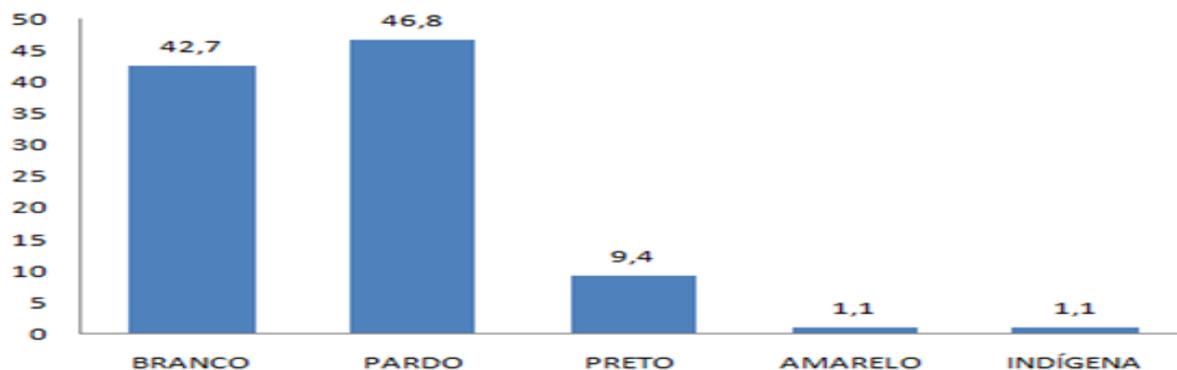
O Brasil é considerado o País com a maior proporção de negros fora da África. Salvador, na Bahia, é a segunda cidade de maior população negra no mundo. Segundo Queiroz (2004) essa situação peculiar deve-se ao tráfico de africanos escravizados, durante todo o período colonial. Segundo a última contagem populacional realizada no país, quase a metade da população brasileira é negra<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas> Acesso em: 23 Set. 2020.

Segundo dados do PNAD é possível ver a distribuição populacional realizada no ano de 2019 no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição de etnia populacional segundo dados do PNAD. (2019).



Fonte: O autor com base nos dados do IBGE (2019).

.De acordo com dados de 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. O PNAD afirma que foram diversos os povos que compuseram nossa matriz: indígenas, de diversas etnias, portugueses, negros (vindos de várias regiões do continente africano, especialmente Costa do Marfim e Angola), espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses.

Quando se trata do ensino Queiroz (2004) define que:

“A criança e o jovem negro são atingidos de maneiras diversas pelo caráter sutilmente racista do sistema de ensino brasileiro. O racismo se expressa, por exemplo, no acesso diferenciado dos segmentos raciais: estão entre os negros as maiores proporções de pessoas não alfabetizadas; a participação dos negros no sistema educacional vai diminuindo à medida que aumentam os anos de escolaridade. Outra face do racismo presente no sistema educacional brasileiro é o silêncio dos currículos escolares sobre a história e à cultura negras. As práticas escolares atingem, ainda, negativamente, a criança negra quando reforçam uma imagem estereotipada e inferiorizaste do negro, com pesadas consequências para sua autoestima e para a construção da sua identidade. Todos esses fenômenos concorrem para afastar o estudante negro das oportunidades que podem advir de uma escolarização bem sucedida.” (QUEIROZ, 2004, p.74).

Completando o argumento de Queiroz, Benevides (2012) descreve que os negros são vítimas de discriminação durante sua vida acadêmica, por isso, não ascendem socialmente através da escolarização na mesma proporção que indivíduos brancos. Para complementar o autor cita que os alunos menos favorecidos são discriminados em sala de aula e muitas vezes são vítimas de suspeita de sua inteligência e capacidade para acompanhar as disciplinas no mesmo ritmo que os demais alunos.

Existem trabalhos que demonstram essa realidade dos negros e negras nas universidades, como o trabalho de Queiroz (2004), em que a autora analisa a composição estudantil referente à raça na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Brasília (UNB). A Tabela 1, abaixo, destaca essa composição.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos estudantes segundo a cor e a universidade.

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UNB
Branco	76,8	86,5	47,0	50,8	63,7
Pardo	17,1	7,7	32,4	34,6	29,8
Negro	3,2	0,9	10,4	8,0	2,5
Amarelo	1,6	4,1	5,9	3,0	2,9
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1

Fonte: Queiroz (2004).

Essa composição, ainda segundo a autora, aponta expressivas desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior, sendo a universidade pública brasileiro um espaço de predomínio de brancos, os resultados de sua pesquisa apontam ainda que os brancos representam proporções superiores aos negros quando se trata do número de vagas ocupadas nas universidades analisadas. Atrelado a isso, segundo Queiroz (2004), a pesquisa ainda mostrou que existe uma forte seletividade racial no acesso aos cursos de elevado prestígio social como medicina e engenharia, demonstrando que os brancos ainda predominam e detém este privilégio, sendo as universidades federais espaço fortemente seletivo marcado pela desigualdade social. Para Miranda (2010), o termo “não-branco é dado a indicadores que aproximam os pardos dos negros, sendo assim conceituado como a aglutinação de ambos em um mesmo grupo.

Sobre a participação no mercado de trabalho, Hasenbalg (2006) ainda afirma que pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias nesse espaço. Os não-brancos fazem o ingresso com menor nível de educação formal que os brancos, e ainda estão expostos à discriminação ocupacional, baseada na cor, o que resulta na exclusão ou no acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho. Junta-se a isso, a discriminação salarial, evidenciada nas menores taxas de retorno à educação. Os padrões diferenciados de participação dos grupos de cor no mercado de trabalho se traduzem em uma valorização altamente desigual do trabalho desses grupos: a renda média do trabalho de pretos e pardos é menos da metade da dos brancos.

Benevides (2012) destaca também que, quando se compara a brancos pobres, os negros ocupam os piores empregos frequentam as piores escolas, em uma situação que agrava os níveis de desigualdade social com base na raça. O mercado de trabalho e a escola são os lugares onde o sistema de discriminação racial está sendo atualizado no interior da estrutura social. Apesar do desenvolvimento do sistema de classes e a emergência de uma grande classe média, os negros e seus descendentes têm pouco acesso aos bons empregos, aos melhores salários e, conseqüentemente, aos melhores níveis de instrução.

Frente a essa realidade, destaca-se a importância das ações afirmativas, como forma de contribuir para mudanças nessa realidade das universidades brasileiras, como discutido a seguir.

### **3 AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS RACIAIS**

As primeiras ideias sobre ações afirmativas surgem no Brasil, na década de 60, a partir dos movimentos pelos direitos civis, como um dos caminhos para se atingir a justiça racial distributiva e compensatória. Efetivamente, foi só a partir de 2000, que a sociedade civil, pela via principalmente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade de Brasília (UnB), pode incrementar a luta em prol das políticas afirmativas raciais entre elas as cotas para negros. Walters (1997) define que:

“O surgimento da expressão “ação afirmativa” (affirmativeaction, em inglês) ocorreu no contexto dos Estados Unidos durante o governo J. F. Kennedy, época marcada por um grande processo de lutas relacionadas a questões raciais, em que as discussões apontavam para a necessidade do combate à desigualdade entre brancos e negros em vários setores da sociedade, como, por exemplo, no acesso a empregos” (WALTERS, 1997, p.166).

Para Silva (2016) as políticas de ações afirmativas têm como objetivo a promoção do acesso de pessoas pertencentes a grupos sub-representados a um determinado contexto, sendo que essas pessoas, geralmente são marcadas por um passado de exclusão, e tendo as políticas, adotando como pano de fundo um ideal de equidade.

Atrelado a isso, Gomes (2001) define que os objetivos das ações afirmativas são de introduzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial *versus* subordinação racial e/ou de gênero; cobrir a discriminação do presente e eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado que tendem a perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural.

Santos (2003) descreve que o objetivo principal das ações afirmativas é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos. Tais perdas que decorreriam da exploração, discriminação, violência, preterimento e outros tratamentos degradantes.

Aliado a isso, Silva (2010) destaca que as ações afirmativas são iniciativas que visam à inclusão social de grupos discriminados por motivos raciais, geracionais, sexuais, de gênero ou por outros atributos físicos ou culturais ensejadores de desvantagens individuais ou coletivas. O autor considera que se podem justificar as cotas, levando em consideração todos os obstáculos raciais objetivos e subjetivos, presentes na sociedade brasileira, que dificultam ou até mesmo impedem que negros concorram às vagas no ensino superior das universidades públicas de prestígio.

Assim observa-se que as ações afirmativas são políticas públicas voltadas ao combate à discriminação de minorias e à promoção de sua inclusão econômica e social, reduzindo as desigualdades sociais (MELLO, 2013). Dentre essas, destaca-se o sistema de cotas, que consiste na reserva de um determinado número de vagas

para admissão a um serviço ou cargo público escasso, destinado a minorias que tradicionalmente o acesso a essas oportunidades foi negado.

Moehlecke (2002) relata que as cotas constituem mecanismos extremos de ação afirmativa. Conforme a autor é a reserva de um percentual determinado de vagas para grupos específicos da população (negros, mulheres, gays, entre outros), principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política. O Brasil já dispõe de diversas leis fundadas no princípio das ações afirmativas. Tais leis reconhecem o direito à diferença de tratamento legal para grupos que sofreram (e sofrem) discriminação negativa, sendo desfavorecidos na sociedade brasileira.

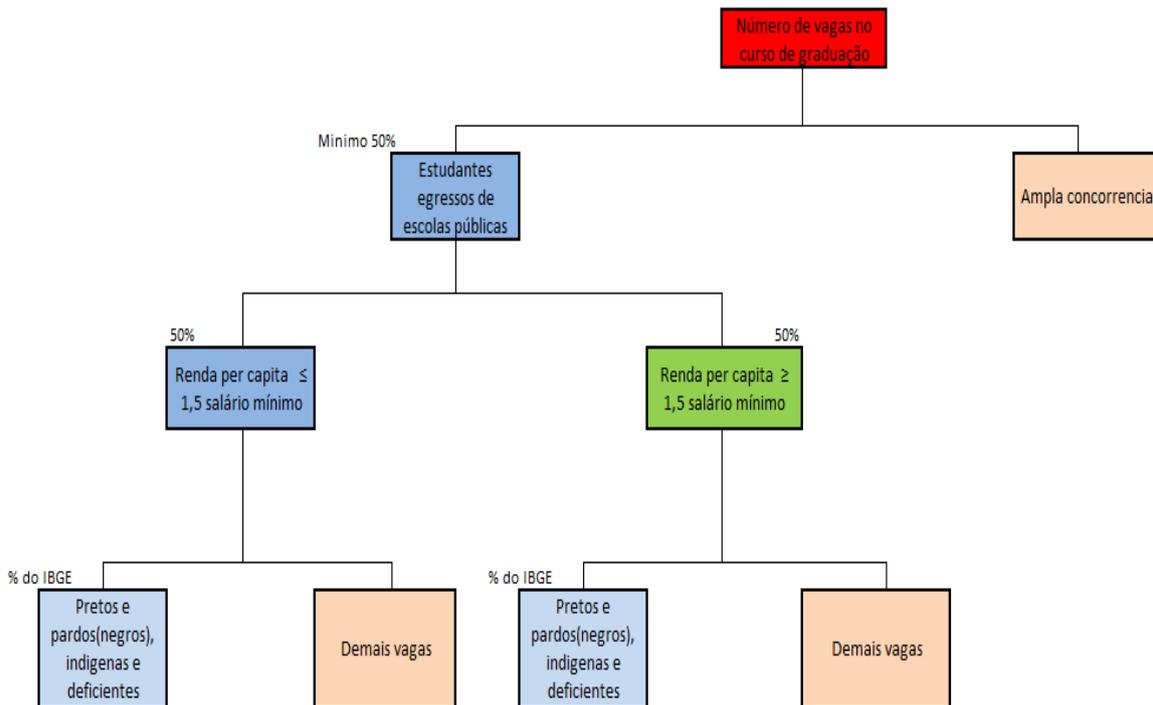
Conforme a Lei 12.711/2012 do Ministério da Educação – MEC<sup>3</sup> as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a 1,5 salários mínimos. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente à da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dado a figura abaixo é possível analisar melhor a distribuição dada pelo sistema de cotas imposto pelo MEC.

Figura 1 – Distribuição de vagas em universidades federais, segundo o sistema de cotas.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 02 de Set. 2020.



Fonte: O autor, com base na lei de cotas.

Dado a imagem acima para melhor orientação, segundo dados divulgados pelo Sistema de Seleção Unificada SISU<sup>4</sup>, para o segundo semestre de 2020 foram disponibilizadas 99 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL (campus – Varginha-mg), foram destinadas 51 vagas para ampla concorrência, 11 vagas para estudantes de escolas públicas com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, 10 vagas para os estudantes de escolas publicas com renda superior a 1,5 salários mínimos. 13 vagas para os alunos autodeclarados negros, pardos ou indígena com renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos, 13 vagas para os alunos autodeclarados negros, pardos ou indígena com renda familiar superior a 1,5 salários mínimos e 1 vaga para alunos com deficiência que independente da renda tenha cursado todo o ensino médio em escolas públicas

Dados do Portal do MEC<sup>5</sup> SISU, é o sistema informatizado do Ministério da Educação, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os

<sup>4</sup> Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/selecionados> . Acesso em: 20 de Out. 2020.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://sisu.mec.gov.br/#/#oquee> . Acesso em 20/Out. 2020.

candidatos com melhor classificação são selecionados, de acordo com suas notas no exame.

Na próxima sessão será apresentado o percurso metodológico deste trabalho.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

A pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza quantitativa e descritiva. Segundo Oliveira (2011), uma pesquisa quantitativa busca a validação de hipóteses mediante os dados estruturados, estatísticos com análise de um determinado número de casos representativos.

Segundo Hymann (1967) descreve uma pesquisa como descritiva, quando ela descreve um fenômeno, registra a maneira em mesmo ocorre, e, também como experimental, quando há avaliações e interpretações na aplicação de determinadas variáveis ou simplesmente dos resultados já existentes dos fenômenos.

Complementando a ideia de pesquisa quantitativa, Richardson (1989) relata que esta pesquisa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dos dados através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Nesse contexto, a pesquisa deste trabalho se deu a partir dos dados cedidos pela Diretoria de Processos Seletivos da Universidade Federal de Alfenas (DIPIS), referentes ao perfil dos discentes do Campus de Varginha, desta universidade. Mais especificamente foram disponibilizados dados de 2955 alunos da Universidade Federal de Alfenas Campus-Varginha ingressantes no curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia – BICE nos anos de 2009 a 2019.

As informações cedidas versavam sobre: número de matrícula, tipo de ingresso, e cor de pele do discente, entre outras. Buscando compreender se o sistema de cotas contribui para o acesso ao ensino superior no BICE da comunidade não branca, esses dados foram analisados e sistematizados por análise de frequência simples, conforme será apresentado a seguir.

## 5 RESULTADOS

A primeira análise realizada foi relacionada à auto declaração de etnia racial dos estudantes ingressantes no BICE, entre os anos de 2009 a 2019, conforme pode ser observado na Tabela 2.

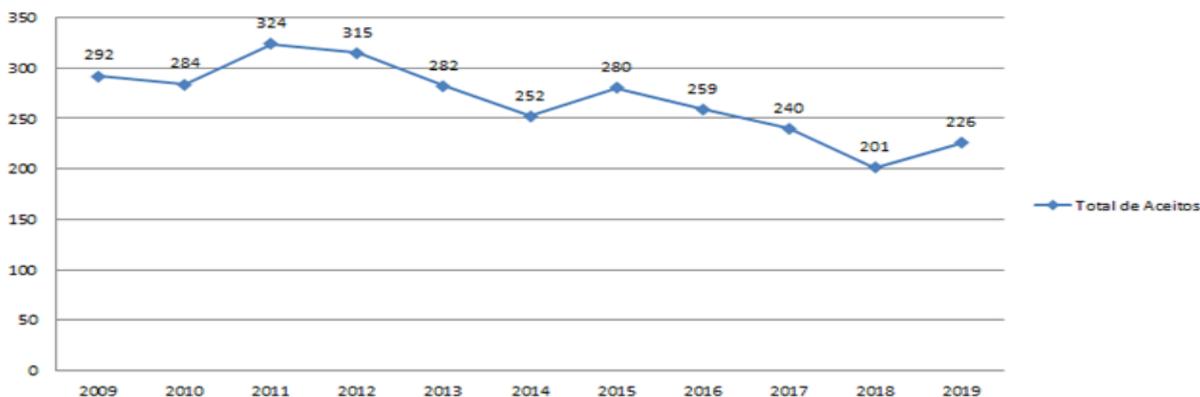
Tabela 2 – Distribuição do perfil de etnia racial auto declarado do aluno.

Ano	AMARELO	BRANCO	NÃO DECLARADO	PARDO	NEGRO	TOTAL DE ACEITOS
2009	2	247	1	27	15	292
2010	3	244	3	28	6	284
2011	1	249	3	58	13	324
2012	4	225	6	63	17	315
2013	24	185	3	55	15	282
2014	4	140	5	79	24	252
2015	6	158	1	89	26	280
2016	2	129	7	93	28	259
2017	6	134	8	71	21	240
2018	4	108	8	57	24	201
2019	10	115	6	69	26	226
<b>TOTAL:</b>	<b>66</b>	<b>1934</b>	<b>51</b>	<b>689</b>	<b>215</b>	<b>2955</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Com base nos dados, tivemos de 2009 a 2019 o total de 2955 alunos que ingressaram no Bacharelado interdisciplinar em Ciência e Economia. Deste total com base na declaração socioeconômica em relação a cor, 66 se autodeclararam amarelos, 1934 brancos, 51 não declararam sua etnia, 689 se autodeclararam pardos e 215 negros. Dado o número total de egressos é possível avaliar como ficou a distribuição do total de alunos ingressantes no decorrer dos anos.

Gráfico 2 – Distribuição do número total de vagas preenchidas.



Fonte: O: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

É importante ressaltar, que esta análise refere-se apenas ao ingresso com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas que segundo Lopes (2018) <sup>6</sup>, além dessa forma de ingresso a UNIFAL-MG dispõe de diferentes métodos de ingresso em seus cursos de graduação, como o remanejamento interno, transferência externa, obtenção de novo título, reingresso e transferência.

A outra variável analisada pelo estudo foi realizar o levantamento dos perfis autodeclarados pelos alunos que ingressaram pela opção do sistema de ampla concorrência, ou seja, as vagas não reservadas para candidatos que se enquadram na Lei de Cotas ou com deficiência. São todos aqueles que não podem concorrer às oportunidades destinadas aos participantes contemplados pelas políticas de cotas ou ações afirmativas.

Tabela 3 – Distribuição do perfil auto declarado do aluno no sistema de ampla concorrência.

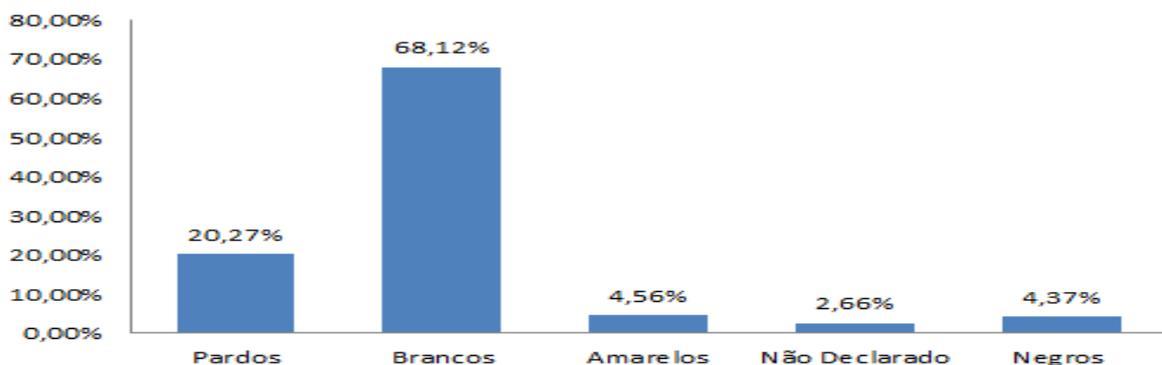
Ano	AMARELO	BRANCO	NÃO DECLARADO	PARDO	NEGRO	TOTAL DE ACEITOS
2013	22	175	3	38	9	247
2014	4	94	5	29	4	136
2015	4	111	1	28	8	152
2016	2	86	3	36	7	134
2017	3	90	5	23	4	125
2018	4	83	7	21	9	124
2019	9	77	4	38	5	133
<b>TOTAL:</b>	<b>48</b>	<b>716</b>	<b>28</b>	<b>213</b>	<b>46</b>	<b>1051</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/system/files/imce/E-bookimpacto.pdf>. Acesso em: 20 de Out. 2020.

Analisando os dados acima pelo número de alunos que ingressaram pelo sistema de ampla concorrência pode se verificar que os brancos são a maioria dado que é o modo mais comum que os mesmos podem utilizar para se ingressar, representando o total de 716 pessoas, os amarelos somam 48, não declarados somam 28 alunos, os pardos somam 213, e os negros com um número discreto, somando 46 pessoas. Ao analisar os dados percentuais, verifica-se uma sub-representação dos pardos e negros conforme gráfico 3 abaixo.

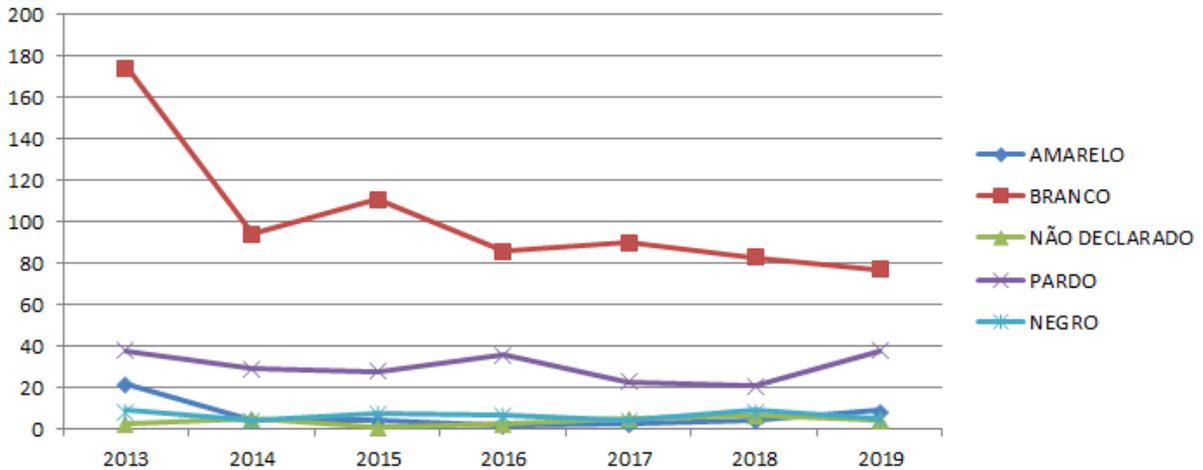
Gráfico 3 – Distribuição do perfil autodeclarado do aluno no sistema de ampla concorrência em dados percentuais.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Com base nas informações, os pardos somam 20,27% dos alunos que ingressaram pelo sistema de ampla concorrência, brancos representam 68,12% dos alunos, os amarelos somam 4,56%, não declarado 2,66% e a porcentagem de negros apenas 4,37%. É possível verificar que em 2018 na tabela 3, foi o ano em que houve o menor número de ingressantes pelo sistema de ampla concorrência, o mesmo pode ser observado na tabela 2 no número total de alunos no mesmo ano que foi de 201. Conforme o gráfico 4 é possível ter uma visão das variações anuais do perfil dos ingressos.

Gráfico 4 – Distribuição do perfil autodeclarado do aluno no sistema de ampla concorrência

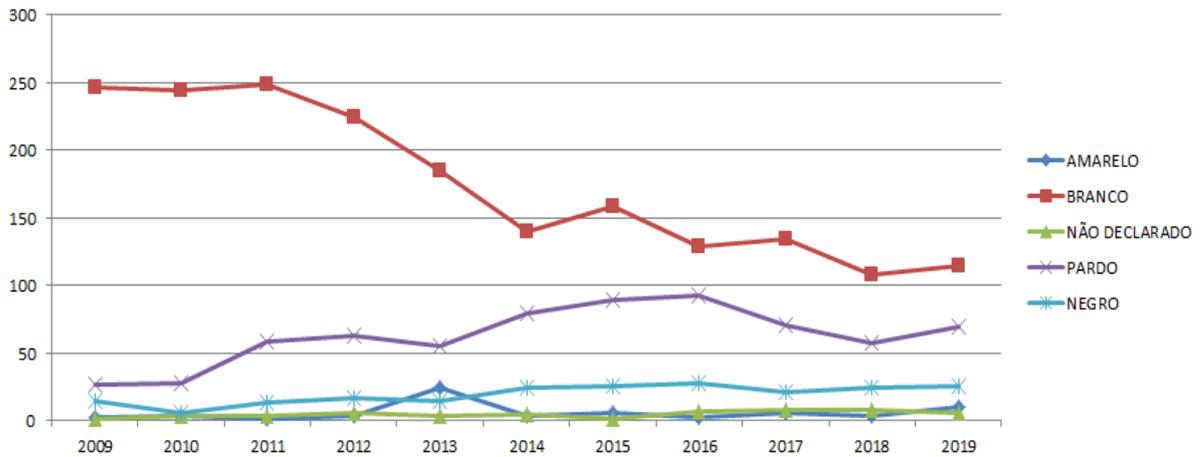


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Lopes (2018) destaca ainda que no ano de 2018, a maioria dos alunos ingressantes não utilizaram as ações afirmativas para ingressar na universidade, contudo este foi o ano onde houve a menor taxa de ocupação do curso.

No gráfico 5 há uma visão mais concreta da variação do número de alunos que ingressaram pelo sistema de cotas durante os períodos analisados, onde houve uma redução de 46,5% no número de ingressantes declarados brancos de 2009 a 2019, por outro lado, é possível verificar a variação nos indivíduos auto declarados pardos, que obtiveram um crescimento de 155%, no mesmo período, e os negros obtiveram um crescimento de 73%. O número de não declarados e amarelos obtiveram pequenas variações se mantendo estável, exceto no ano de 2013 onde houve uma pequena dispersão na quantidade de indivíduos autodeclarado amarelos, como podemos observar nas evoluções no gráfico.

Gráfico 5 – Distribuição do perfil autodeclarado do aluno no sistema de cotas.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados demonstram que a partir de 2013, com a implantação do sistema de cotas ocorreu uma variação significativa nos número de negros e pardos, como observado no Gráfico 4. Os dados mostram que houve um aumento no número de pardos que conseguiram ingressar, passando de 55 em 2013 para 93 no ano de 2016 e os negros que eram 15 em 2013 passaram para 28 em 2016. Assim houve um aumento de 69% nos indivíduos autodeclarado pardos e 86% nos alunos autodeclarados negros que passaram a ingressar na instituição.

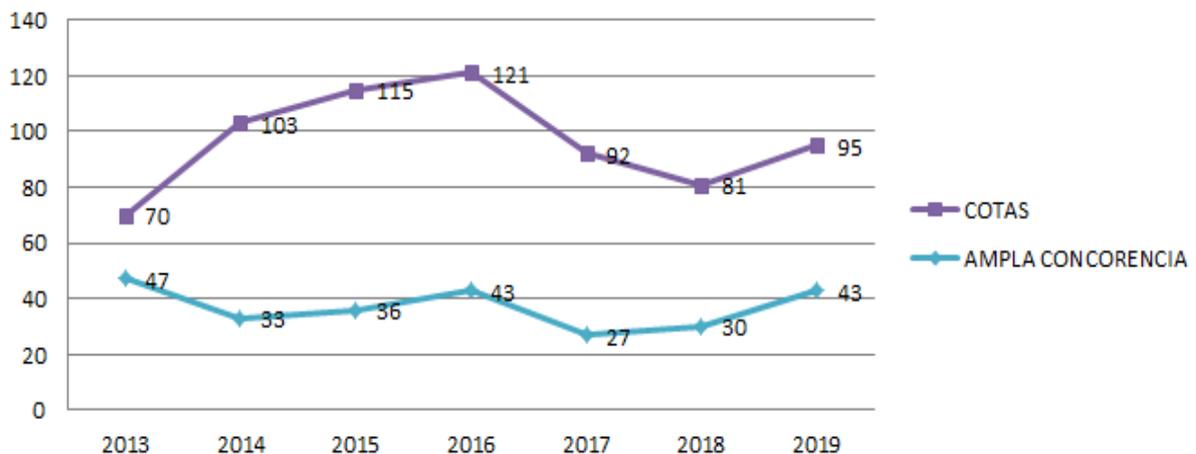
Por outro lado de 2016 a 2018 a entrada de alunos negros e pardos reduziram de forma exponencial passando de 93 para 71 em 2017 e 57 em 2018 no número de pardos, os negros que somavam 28 alunos em 2016, retraiu para 21 em 2017 e se reajustou para 24 em 2018. Em 2019 há uma variação positiva, em que o número passou de 57 para 69 pardos e de 24 para 26 negros.

Buscando identificar evidencias para justificar a redução no número de alunos ingressantes entre os anos de 2017 e 2019, foi identificado através do “Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia<sup>7</sup>”, alterações no número de alunos ingressantes no curso, em que a partir do segundo semestre de 2017/, passaram a ingressar 105 discentes, e não mais 150, como nos anos anteriores. Assim, essas 45 vagas anteriormente pertencentes ao BICE foram destinadas ao ingresso direto nos cursos de Administração Pública, Ciências Atuarias e Ciências Econômicas.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://academico.unifal-mg.edu.br/sitecurso/arquivositecurso.php?arquivold=339> Acesso em: 06 de Nov. 2020.

Além disso, no primeiro semestre de 2019 foi implantado o curso de Ciências Contábeis que alterou novamente o número de ingressantes no BICE, diminuindo para a oferta de 102 vagas semestrais. Partindo para o Gráfico 6, foi realizado o levantamento do número total de negros e pardos ingressantes no sistema de cotas e ampla concorrência a seguir.

Gráfico 6 – Distribuição total de negros e pardos no sistema de cotas e ampla concorrência.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da pesquisa.

Com base nos dados levantados, é possível verificar uma crescente participação de negros e pardos pelo sistema de cotas entre os anos de 2013 a 2016. Todavia há uma redução a partir de 2017 em que há uma mesma proporção no número total de negros e pardos que utilizaram o sistema de ampla concorrência, onde tal causa foi justificada pela redução do número de vagas ofertadas pelo BICE. Ou seja, é notável que a partir da implantação do sistema de cotas foi possível que a comunidade não branca obtivesse maiores chances de ingresso na universidade.

Mesmo com a redução de vagas ofertadas pelo BICE, é notável que a quantidade de indivíduos não brancos acima do período inicial. Quando observado a linha de ampla concorrência, há certa estabilidade no decorrer dos anos, tendo variações notáveis em 2017, mas que se recupera em 2019.

Assim nota-se que nem todos os negros e pardos migraram para o sistema de cotas, visto que partimos do pressuposto que não atenderam os critérios exigidos pelo sistema de cotas. Evidenciando os dados conclui-se o objetivo deste do

trabalho em que buscamos verificar se o sistema de cotas possibilitou maior acesso a comunidade não branca a ao BICE. Passamos a seguir as nossas ponderações finais.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As desigualdades raciais brasileiras demonstram como pardos e negros são desprivilegiados em nossa sociedade. Temos em nossa sociedade uma ideologia racista, que acabam alocando os negros em posições desfavoráveis na sociedade, seja na educação, no trabalho, na segurança pública.

A presente pesquisa mostra que comunidade branca continua sendo predominante nas universidades públicas. É notável que o campus da UNIFAL - MG em Varginha proporcionou a chance a muito jovens que, provavelmente não teriam condições de se ingressarem em uma instituição de ensino público superior em cidades distantes das suas residências. Ou seja, as acessibilidades a um ensino de qualidade que não reflita nos custos familiares despertam interesse e criam oportunidades.

Outro ponto a ser observado, é que apesar de 2017 o número de ingressantes ter reduzido mostra que houve uma proporção vinculada quanto no sistema de cotas quanto na ampla concorrência, ou seja, tal diminuição foi justificada por estar relacionada à redução de vagas discutidas e aprovadas pelo Projeto Pedagógico da instituição. A ideia de se colocar os cursos específicos como opção de ingresso pelo SISU também trouxe novas oportunidades aos futuros estudantes, uma vez que os novos cursos disponíveis seguem os mesmos critérios das ações afirmativas, pressupondo que novos alunos não brancos estão ingressando através dos novos cursos disponibilizado pela universidade.

Assim, com base em todos os resultados apresentados pode-se concluir que as cotas raciais (ações afirmativas) possibilitaram a entrada de mais estudantes negros no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da UNIFAL, dando possibilidade para que estudante a ingressem na universidade mesmo com condições sociais menos favoráveis. Trazendo a esses alunos o acesso ao conhecimento em uma universidade publica e de qualidade.

Todavia, as universidades públicas e privadas servem como escape para desencadear, ainda que tardiamente, o debate em meio à sociedade brasileira, de como o Estado deve reparar as injustiças e atrocidades causadas no passado à população não branca e principalmente, de como se deve eliminar o problema do racismo e a injúria racial que continua presente em nossa sociedade. E são elas a principal fonte de conhecimento para novas gerações e, assim, contribuem em mostrar um novo conceito partindo do pressuposto que existem diferenças entre negros e brancos, e que essas diferenças precisam ser discutidas para que haja reparo das injustiças inerentes a essa questão. Por isso justifica-se as ações afirmativas. Para reparar as injustiças e, principalmente, para não só a Lei (no caso o Estado) e a sociedade vejam o branco e preto como iguais, mas também o mercado, e outras diversas instituições presentes na sociedade como um todo.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Dalila Fonseca. **“O Que Você Vai Ser, Quando Você Crescer?” O Negro e a Universidade**. 2012.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HASENBALG, Carlos. Raça e mobilidade social. **Estrutura social, mobilidade e raça**, p. 164-182, 1988.

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa**: princípios, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

MELLO, M. R. M. (2013). **Cotas socioraciais em universidades** (Dissertação de mestrado)

MIRANDA, Monique et al. **Classificação de raça, cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil, no período de 2000 à 2009**. 2010. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para pesquisas em administração**. Goiás. Curso de Administração. 2011.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a Universidade brasileira**. Historia Atual Online, n. 3, p. 7, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. Senac, 2018.

SILVA, Nelson do Valle. Aspectos demográficos dos grupos raciais. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 12, p. 7-15, 1992.

SILVA, G. H. G. **Equidade no acesso e permanência no ensino superior: o papel da educação matemática frente às políticas de ações afirmativas para grupos sub-representados**. 2016. 359 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

VEGNERS, Erika Camargo. Joaquim B. **Barbosa Gomes–Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: O Direito Como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA**. Cadernos de Direito, v. 4, n. 6, p. 218-221.

WALTERS, R. Racismo e ação afirmativa. In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília, DF: Ministérios da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1997.